

Aspetos de Política Linguística na União Africana

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.135.2>

Manuel Veiga*

* Doutor em Linguística, Professor Jubilado na Universidade de Cabo Verde.

Na abordagem deste tema, como locutor de língua oficial portuguesa e de língua materna caboverdiana, falaremos, na I parte, da língua portuguesa como espaço aberto. Em seguida, abordaremos a convivência fecunda que se pretende entre a língua portuguesa e o crioulo caboverdiano. Num terceiro momento, debruçar-nos-emos sobre a língua do espaço identitário mais abrangente e significativo. Concluiremos a nossa reflexão abordando a problemática da língua portuguesa como património assumido nesse mesmo espaço da lusofonia.

Na II parte, trataremos de vantagens e desvantagens do uso da língua portuguesa na União Africana (UA), acabando por admitir que, por ser língua oficial da União e livremente adotada em seis países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e S. Tomé e Príncipe), a geoestratégia aconselha o seu uso, tanto do ponto de vista linguístico, político, social e cultural.

Na III e última parte falaremos das dificuldades que poderão existir na implementação, no quadro da União Africana, das línguas maternas africanas. Abordaremos as perspectivas, no nosso entender, de uma Política Linguística na União Africana, a qual, sem descuidar as suas atuais línguas oficiais, convém que mantenham abertura quanto à implementação de uma língua franca africana, quando as condições, em termos de instrumentalização linguística, de padronização normativa e de sustentabilidade cultural e económica, o permitirem.

No que toca à política linguística nos Estados membros, sugere-se o encorajamento do desenvolvimento e da valorização das línguas maternas africanas, a par da implementação de línguas de globalização que favoreçam o desenvolvimento social, cultural económico e digital de cada país.

1. A Língua Portuguesa como Espaço Aberto

1.1. Espaço Aberto

Retomando este primeiro aspeto, começaríamos por ilustrar a vocação universal da língua portuguesa com uma pertinente afirmação de Paul Teyssier que o considera «filho da conquista» e explica o porquê:

Nasceu, na Idade Média, quando os exércitos cristãos, ocupando a parte ocidental da Península Ibérica dominada pelos 'mourous', levaram consigo

até ao Sul a língua galego-portuguesa oriunda do Norte. O Português moderno resulta assim da ação exercida no galego-português pelo substrato dos dialetos moçárabes de origem românica, que o povo cristão nunca deixara de falar durante os longos séculos da ocupação muçulmana. Mas o português é também filho da conquista por ter sido levado para vastas regiões do mundo no fim da Idade Média e na época do Renascimento, quando se deu a grande aventura dos Descobrimentos¹.

Já desde o seu nascimento, a língua portuguesa, quando despida da máscara de uma ideologia opressora, foi e é capaz de se afirmar como um espaço aberto onde o diálogo, a tolerância e o inter-relacionamento acontecem. Doutra modo, não existiria. Não sendo a carga ideológica e etnocêntrica que, acidentalmente, a conspurcou em algumas curvas da longa história de que é também sujeito, a sua natureza e essência trazem a marca eclética de um certo humanismo, exibem a bandeira de alguma ciência e proclamam a nobreza da cultura. É particularmente devido a esses predicados – estando já afastado o espectro de uma tentação glotofagista – que hoje ela se orgulha de ter conseguido compartilhar a pátria de outras pátrias, sendo seis no continente africano. Resgatada em África como língua oficial de seis países, o seu espaço que, nesse Continente, outrora fora duramente imposto, passou a ser assumido política e culturalmente.

Se excluirmos a Ásia onde ela persistentemente sobrevive em algumas comunidades que partilham com Portugal uma história comum, é sobretudo na Europa, em África e na América do Sul que ela desponta, floresce e se consolida, por vezes no meio de espinhos, mas espinhos que dão rosas, mesmo quando picam os que (durante a fase colonial) procuravam o saber, sem hipotecar a dignidade.

Como semente ou colheita em campos tão diferentes, a língua portuguesa, para ser fecunda e dar provas de vivacidade, tinha que saber reinterpretar o real, tinha que poder ser reinterpretada por este mesmo real-ambiente. É, pois, no laboratório humano, geográfico e cultural dos diversos territórios onde reina ou compartilha o reinado com outros instrumentos de comunicação que a língua portuguesa se molda e é moldada. Como não podia deixar de ser, em cada experiência laboratorial, o produto da ou de análise tem a marca do seu próprio ambiente.

¹ Paul Teyssier, *Atas do Congresso sobre a Situação Atual da Língua Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1985, p. 46. O Congresso realizou-se na Universidade de Lisboa de 28 a 3 de Julho de 1983.

Tudo isso vem a propósito da tão propalada unidade e diversidade da língua portuguesa cujo «espaço aberto» só não é uma mentira se essa mesma «unidade» pressupuser a «diversidade». Para o nacionalismo doentio ou o purismo retrógrado, esses dois conceitos são inconciliáveis, ou seja, onde há a «diversidade», forçosamente fica quebrada a «unidade» linguística. Ora, isso só aconteceria se a diversidade deixasse de ser uma particularidade para se converter numa essência.

Creemos que a capacidade de a língua portuguesa aceitar a «diversidade» torna-a não só mais universal como ainda mais rica e mais original em relação às outras línguas europeias de colonização. Não temos dúvidas de que o espaço que pôde conquistar no mundo, em grande parte, é devido ao facto de ela tolerar a diferença. Com efeito, ao aceitar a «diversidade», ela tornou-se mais livre, mais expressiva e, por conseguinte, mais aceite como algo que também pertence aos que a adotaram. O facto ainda de Portugal não ser o único centro normativo faz com que a língua portuguesa ganhe uma certa riqueza plástica, o que aumenta a sua aceitação como instrumento de comunicação e como património cultural.

A «diversidade», porém, tem os seus limites: ela não deve quebrar a unidade fundamental da língua. Segundo Paul Teyssier, «há dentro da diversidade um limiar que não deve ser ultrapassado: é o ponto além do qual a intercomunicação desaparece»².

Para ilustrar até onde vai o âmbito da «diversidade» que devemos aceitar, o Prof. Celso Cunha defende para o português o que o escritor Jorge Luís Borges preconizava para o espanhol:

*Que existem diferenças e que as consideramos mesmo desejáveis, mas que sejam elas a um tempo discretas e nítidas. Discretas para não impedirem a circulação total do idioma, e suficientemente nítidas para que cada um de nós nelas ouça a voz da sua pátria*³.

Creemos poder dizer, sem risco de cairmos no erro, que a aceitação que a língua portuguesa hoje tem no Brasil e no continente africano é sobretudo porque nela podemos, em comunhão com outras expressões linguísticas, ouvir a «voz» das nossas respetivas pátrias.

² Paul Teyssier, *Atas do Congresso sobre a Situação Atual da Língua Portuguesa no Mundo*, cit., p. 49.

³ Cunha, Celso p.72

No que concerne a Cabo Verde, a língua portuguesa goza do estatuto de língua oficial não apenas por uma questão de pragmatismo político – traduzido na necessidade de comunicação com o exterior, na facilidade de ensino, no acompanhamento da ciência e da tecnologia do mundo moderno – mas também por uma questão de ordem cultural.

Amílcar Cabral costumava dizer que o que de melhor o colonialismo nos deixou é a sua língua. Esta, durante os mais de quinhentos anos da sua história nas ilhas formou e enformou uma parte da nossa cultura. Por isso, do ponto de vista cultural, consideramos que ela é também uma conquista nossa. Rejeitá-la é rejeitar uma parte da nossa cultura, do nosso humanismo.

Porém, que fique bem claro que afirmar uma língua como elemento cultural e como instrumento de cultura não significa abençoar a ideologia ou toda a ideologia que num determinado momento ela veicula ou pode veicular.

Se, politicamente, aceitamos hoje a língua portuguesa com o estatuto de língua oficial, é porque antes fomos capazes de o descolonizar culturalmente e também porque sabemos que o projeto neocolonial já não tem espaço, já não tem futuro no nosso País.

Assim, em Cabo Verde, a língua portuguesa é língua oficial por ser aconselhável do ponto de vista pragmático; por ser útil do ponto de vista tecnológico e científico; por ser uma conquista, do ponto de vista cultural; por ser um instrumento de comunicação com o exterior e de intercomunicação com o mundo lusófono, com mais de 280 milhões de locutores. Como espaço aberto, hoje ele sabe aceitar e interiorizar a diferença; por isso, também, hoje sentimo-nos honrados de fazer parte do seu universo.

1.2. Convivência Fecunda

Se momentos houve em que a língua portuguesa, em África, era espada que feria, cortava e ceifava o nosso humanismo, hoje ela está a ser a chuva que rega os nossos campos, a água que dessedenta a nossa sede, ao lado da fonte matricial insubstituível que são as línguas maternas, africanas.

Manuel Ferreira, o estudioso português que tanto fez pela causa cultural de Cabo Verde e pela dos Países africanos com quem partilhamos a língua comum, dizia:

O sistema colonial é de sua natureza antropofágico. Ao instalar-se em território alheio, o colonialismo alimenta-se de uma necessidade: a devoração do outro. Em todos os sentidos: político, cultural, ideológico, económico, religioso, linguístico (...). Perante a agressão do colonizador, o colonizado resiste, por todos os meios individual e colectivamente (...).

*Jamais alguém acolhe a humilhação, a opressão e muito menos a destruição da sua própria personalidade colectiva. E nenhuma força, por mais repressiva ou violenta que seja, logra impedir que os povos pautem as suas acções pela fidelidade ou busca da sua identidade étnica e cultural*⁴.

Em Cabo Verde, a língua que ontem era opressora, hoje preconiza a libertação; a língua que era madrastra, hoje é parceira. Efetivamente, a presença secular da língua portuguesa nas nossas ilhas começou por destruir e acabou construindo. E isto porque a opressão forjou a resistência, mas sobretudo forjou a *crioulidade*, forjou uma língua-outra que vem celebrando, festejando mesmo, não o confronto, mas o reencontro do Norte com o Sul, em terras africanas.

Não foi fácil o nascimento de um filho rebelde, gerado quase que por estupro, criado na clandestinidade e amadurecido por uma permanente resistência que lhe vem conferindo não só o estatuto de maioridade como também o de dignidade.

Por mais paradoxal que possa parecer, hoje, olhando para trás com olhos de antropólogo e não de juiz, somos levados a reconhecer que a convivência inicialmente forçada acabou sendo fecunda. Por outras palavras, a resistência e o sofrimento foram o purgatório que permitiu que o dominador e a vítima se dessem as mãos, que permitiu a emergência do Crioulo e do Homem caboverdiano.

Só vemos uma explicação para esta feliz contradição. É que, na altura, o mundo português, do ponto de vista político e ideológico, era fechado, mas do ponto de vista linguístico, pelo menos até ao século XIX, havia uma certa tolerância.

No contexto da dominação, estando de um lado a resistência, de outro lado alguma tolerância, entendida na sua vertente linguística, as circunstâncias

4 Manuel Ferreira, "Contextualização da Língua Portuguesa", in *O Discurso no Percurso Africano*, Lisboa, Plátano Editora, 1989, p.311.

permitiram que o Crioulo acontecesse. Qualquer que seja a história da sua gestação ou do seu parto, hoje o que nos interessa, antropologicamente falando, é o seu nascimento, a sua personalidade, a sua dignidade construída e que se encontra na senda da dignificação. Não vamos chorar nem lamuriar se o veneno ideológico e político, num determinado momento, asfixiou os progenitores e mesmo os recém-nascidos. E isto porque a nossa melhor réplica é ainda a fecundação de relações do Sul com o Norte, destronando deste modo a asfixia outrora instalada. E se a *crioulidade* é a prova mais evidente dessa fecundidade, então há motivos para a celebração do seu nascimento e há razões para que todos se empenhem no seu desenvolvimento e valorização.

Hoje há uma corrente cada vez mais expressiva defendendo que o futuro da língua portuguesa em Cabo Verde dependerá muito da sua abertura e da sua capacidade de manter uma sã convivência com a nossa língua matriz e materna que é o Caboverdiano.

Sabe-se que em Cabo Verde a situação linguística se caracteriza mais pela diglossia do que pelo bilinguismo. Efetivamente, em todos domínios informais de comunicação, a vida decorre em crioulo; porém, em domínios de prestígio como o ensino, a comunicação social, a administração, os tribunais, etc., a língua, largamente utilizada é a língua portuguesa. Ora, não sendo esta a nossa língua veicular e materna, ela corre o risco de influenciar e ser influenciada negativamente se não houver uma política linguística equilibrada e promotora de um real bilinguismo.

Na verdade, a situação de diglossia aumenta as interferências, dificulta a aprendizagem, cria bloqueios, diminui a capacidade de apreensão e de compreensão. E para que a convivência entre as duas línguas seja cada vez mais fecunda, torna-se necessário que haja uma política para o bilinguismo em Cabo Verde. Ora, essa política continua sendo apenas um desiderato ou uma fantasia enquanto se continuar a ensinar, massivamente, apenas a língua portuguesa e, muitas vezes, com a metodologia de língua primeira, numa sociedade onde o quotidiano tem a marca e o ritmo da língua materna.

Postulamos, e não é de agora, que a defesa e a valorização da língua portuguesa, em Cabo Verde, é corolário da defesa e valorização do crioulo caboverdiano (CCV). Doutro modo, a língua portuguesa tenderá a ser de novo opressora, uma opressão que também a prejudicará estruturalmente devido às interferências provocadas pela não delimitação explícita de fronteiras entre as duas línguas.

A convivência fecunda que se pretende, e que é desejável, aconselha que o português, sem perder o estatuto oficial que já tem, seja cada vez mais «língua veicular» e que o CCV, sem sacrificar o estatuto que *de jure* e *de facto* já goza, seja cada vez mais língua de Ensino e de Administração.

O bilinguismo assim concebido será terreno fértil para uma convivência harmoniosa, será a prova de que o CCV é também um espaço aberto e a língua portuguesa um parceiro certo que sabe dialogar, respeitar a diferença e honrar a dignidade.

1.3. Espaço Identitário

Defendemos uma sã convivência entre as duas línguas e esta passa necessariamente pelo reconhecimento *de jure* e *de facto* do estatuto que cada uma delas goza ou deveria gozar. Referimo-nos já à língua portuguesa como um espaço aberto que gerou e tem gerado convivências fecundas; que dialogou e tem dialogado com o mundo e com várias civilizações; que mereceu o estatuto de língua oficial em nove países repartidos por três continentes (Europa, África e Ásia); que atingiu a dignidade de património cultural nesses mesmos países; que compartilha com outras línguas nacionais várias pátrias com personalidade própria e diferentes daquela onde a língua portuguesa é matricial.

Qualquer que seja, porém, o estatuto adquirido ou conquistado pela língua portuguesa, em Cabo Verde há, porém, um espaço que, mesmo querendo, não pode preencher cabalmente. Trata-se do espaço identitário. Neste particular, a língua portuguesa é e pode ser complemento, mas o sujeito desse espaço é vincadamente o CCV.

Com efeito, se a língua portuguesa veicula alguns aspetos da nossa mundivivência, o CCV não só é veículo como é também substância dessa mesma mundivivência. Se com a língua portuguesa dialogamos com outros povos, com o CCV nós nos identificamos perante outros povos e marcamos a nossa diferença, não só na fonética do dizer, mas sobretudo na sintaxe e na semântica do ser.

Tudo isto para afirmar que mesmo falando a língua portuguesa, somos caboverdianos; que mesmo quando pensamos e vivemos em português, sentimos e existimos em crioulo caboverdiano. Podemos «estar» com o português, mas só conseguimos ser e existir no e com o CCV.

É tudo isto que faz do CCV o nosso espaço identitário. E admitindo que ele é a nossa língua materna, teríamos que admitir também que com ele, nele e dele nascemos. Teríamos que admitir ainda que ele é o magma que nos formou desde o primeiro momento da gestação, tendo-nos acompanhado pela vida fora.

O CCV celebra e expressa o que somos e em grande parte o que estamos sendo, daí o espaço identitário que ele traduz, significa e simboliza.

O CCV é pois, por excelência, a marca da nossa identidade e que compartilha com a língua portuguesa o nosso estar no mundo, dentro dos limites da sã convivência, do respeito pela diferença e do reconhecimento do estatuto que, de direito, a cada um advém.

Ocupando um lugar cimeiro na expressão como na essência daquilo que o ensaísta Gabriel Mariano cunhou como «o mundo que o mulato criou», o CCV merece uma atenção e uma política coerente e que vá ao encontro do seu desenvolvimento e valorização.

Essa política linguística para ser consequente terá que poder materializar algumas linhas programáticas visando:

- A implementação de uma investigação sistémica, nos diversos domínios da linguística do CCV;
- A criação progressiva de condições que permitam e possibilitem o ensino do CCV, por fases e etapas, nos mais diversos escalões académicos;
- A promoção de estímulos à atividade literária e jornalística em que o CCV possa ser suporte, ao lado da língua portuguesa;
- A criação de condições objetivas e subjetivas que contribuam para o prestígio do CCV, nomeadamente como futura língua cooficial;
- A promoção de um bilinguismo real que possa destronar a situação de diglossia, hoje reinante.

Todas essas medidas passam pela disponibilização de meios e criação de instrumentos adequados.

1.4. Património Assumido

Como reclamar em África uma língua que foi instrumento de alienação e de dominação? Como perfilhar hoje, sem correr o risco de despersonalização, em África, uma língua cuja matriz é Portugal?

Para alguns pode constituir um paradoxo estas interrogações. Porém, para aqueles que veem a língua portuguesa não como uma propriedade, mas como um bem universal; não como um momento parado no tempo, mas como uma pátria sem fronteiras de diversos tempos e de diversas geografias, a assunção da língua portuguesa como património cultural representa uma elevada consciência política, uma grande abertura ao humanismo e à universalidade cultural.

O que acabamos de dizer encontra eco numa tese de Manuel Ferreira, que diz:

Os Cinco partiram do princípio de que a língua é um facto cultural e os factos culturais começam por pertencer a quem os produz, é certo, mas a partir daí deixam de ter dono: são de quem os quiser ou tiver a necessidade de utilizar. Por isso reapropriaram-se da língua portuguesa como se deles fosse. Assumiram-na com toda a dignidade e agora reintroduzem-na por todo o espaço nacional, privilegiando-a, difundindo-a, dando-lhe um estatuto nobre, ao mesmo tempo que a vão interiorizando, tornando-a totalmente sua. Tão sua que a modificam, a alteram, a adaptam ao universo nacional ou regional, e a transformam, no plano da oralidade e no plano da escrita⁵.

Efetivamente, a língua portuguesa é para nós um património: primeiro porque ela é um facto cultural; porque há mais de quinhentos anos que é utilizada em Cabo Verde; porque constantemente a recriamos e a enriquecemos com o nosso real que a molda e é moldado por ela. Em segundo lugar porque, no dizer de Paul Teyssier, contrariamente ao que se passa com o castelhano, o inglês, o francês e o neerlandês, ela é mais falada ao Sul do que ao Norte⁶; porque ainda, no caso de Cabo Verde, da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe, juntamente com outras línguas africanas, ela não só está na raiz da formação do crioulo existente nesses três espaços como também continua sendo fonte para o enriquecimento lexical.

5 Idem 4 – Ibidem, p. 348.

6 Idem 1 – Ibidem, p. 53.

Tudo isto significa que uma parte importante da nossa cultura, da nossa identidade, encontra-se moldada, vem sendo moldada na língua portuguesa. Como negá-la, pois, sem negar uma parte de nós mesmos?

A língua portuguesa é, portanto, um património partilhado, mas é também um instrumento linguístico útil e atuante. Para além da componente cultural, a sua importância decorre também da sua geografia e, de algum modo, da economia que representa.

De acordo com Carlos Maciel,

... a lusofonia é o quinto espaço planetário em termos demográficos... a língua portuguesa é a terceira língua europeia mais falada no mundo (cerca de 170 milhões de locutores)... o território lusófono é também o quinto maior do mundo... o português é uma das três línguas verdadeiramente presentes em três continentes pelo menos (com o francês e o inglês)... é a língua mais falada na América do Sul e... economicamente, o grupo lusófono ocupa a sétima posição mundial⁷.

Nós nos orgulhamos, pois, de partilhar esse património, mas também nos sentimos cúmplices e responsáveis quanto à sua defesa e valorização. O que hoje a língua portuguesa é no mundo tem muito a ver com a atitude e o cifão do Norte, mas também com o esforço, o empenhamento e a dedicação do Sul.

É de se reconhecer o caminho por todos nós já andado, mas a língua portuguesa, pelo espaço social, económico e cultural que cobre; pela diversidade e riqueza que representa em três continentes; pela força que tem no Sul e pela ligação que faz com o Norte e com o mundo, precisa de uma valorização ainda maior. Necessário se torna que ela seja um produto cultural atraente e útil, não só no espaço onde já é património, mas também em diversos mercados, instituições e fóruns internacionais como, aliás, a União Africana.

Urge, pois, a implementação, nos nossos respetivos países lusófonos, de uma política linguística consequente e eficaz visando:

- desenvolver um ensino adequado e de qualidade;
- instrumentalizar, técnica e cientificamente, a língua portuguesa;

⁷ Carlos Maciel, Português, Língua Estrangeira, Considerações sobre a Construção da Nossa Imagem por Nós e pelos Outros, in *Homenagem a Eduardo Lourenço – Colectânea de Estudos*, ICALLP, 1992, p.62.

- possibilitar o acesso ao livro e à cultura em todo o espaço onde o português é também instrumento de comunicação;
- defender a unidade na diversidade, na linha dos pressupostos defendidos pelos Profs. Lindley Cintra e Celso Cunha, isto é, procurar a «*superior unidade da língua*» e aceitar as particularidades regionais que a enriquecem, desde que o «limiar da intercompreensão» não seja ultrapassado;
- aumentar a agressividade dos nossos políticos e intelectuais que, nas instâncias internacionais, devem, sempre que possível, fazer com que outros falantes sintam que o português é útil e que o seu estatuto lhe dá o direito de merecer os investimentos necessários.

A esses elementos de política linguística acresce ainda a implementação de alguns instrumentos importantes para a sua materialização, como sendo, por exemplo, o Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa, de 1990.

Que viva, pois, a unidade da língua portuguesa e a sua sã convivência com as línguas nacionais com quem partilha o destino dos nossos respetivos povos; que floresçam as suas diversidades enriquecedoras e que o espaço aberto que elas inauguram seja um campo fértil e seguro onde todos nós semeamos e colhemos o humanismo do Norte e do Sul, no deleite antecipado do reinado empolgante de uma civilização cada vez mais fraterna, mais solidária, mais universal.

2. O uso da Língua Portuguesa na União Africana: Vantagens e Desvantagens

2.1. Vantagens

A língua portuguesa é língua oficial em seis países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Moçambique e Guiné Equatorial), para além de gozar desse mesmo estatuto em Portugal, Brasil e Timor-Leste.

Em todos esses espaços, a língua portuguesa é a língua de comunicação nas relações oficiais, no ensino e investigação, sendo minimamente utilizado na comunicação informal, lá onde ele não é língua materna.

Em todos os espaços acima referidos existe uma vasta produção artística e cultural em língua portuguesa, o que faz com que ele seja suporte e veículo

de uma grande parte desse património e de uma parte importante das respetivas identidades.

Assim sendo, a língua portuguesa pode ser legitimamente considerada uma segunda pátria nos países africanos. Admitindo essa hipótese, há que admitir também que, de alguma maneira, é a voz das respetivas pátrias que se ouve e se veicula quando a língua de comunicação é o português.

Ora, tendo em conta os pressupostos acima referidos, ganha legitimidade e expressão pragmática o uso da língua portuguesa como uma das línguas da União Africana.

Do ponto de vista prático, esse uso facilita a comunicação e a intercomunicação entre vários países que o utilizam como língua oficial, o que lhe confere o estatuto de língua de globalização, ao lado do inglês, do francês e do árabe.

Do ponto de vista pragmático, favorece a economia linguística com as traduções e com os diversos equipamentos e insumos de comunicação. Além de tudo isto, os sujeitos lusófonos, com facilidade e bom nível de compreensão, se comunicam entre eles.

Para a UA, o mesmo documento em português pode ser partilhado nos seis países africanos de língua portuguesa. Seguramente, tanto do ponto de vista da política de comunicação, como da política económica, é uma mais-valia para a Organização, mas também para os respetivos países.

2.2. Desvantagens

Um certo nacionalismo exacerbado poderá querer defender o uso das línguas maternas africanas, em exclusivo, já que consideram alienante a língua de colonização, como, aliás, era a posição de Franz Fanon. Este dizia que: “...*Parler ... c'est surtout assumer une culture, supporter le poids d'une civilisation*”⁸. Mais à frente, continua dizendo: “*Tout idiome est une façon de penser ... Et le fait, pour le Noir récemment débarqué, d'adopter un langage différent de celui de la collectivité qui l'a vu naître, manifeste un décalage, un clivage*”⁹.

8 Frantz Fanon, *Peau Noire, Masque Blancs*, Paris, Édition du Seuil, 1951, p. 13.

9 Frantz Fanon, *Peau Noire, Masque Blancs*, cit., p. 19.

Sem deixar de ser verdade a afirmação de Fanon, há que ter em conta, porém, que a língua, como instrumento de comunicação é *inocente*. O mal, muitas vezes, reside na forma e filosofia de comunicação.

A posição de Amílcar Cabral, porém, contrasta com a de Fanon. Eis como ele vê o problema:

(...) A língua portuguesa é uma das melhores coisas que os portugueses nos deixaram, porque a língua não é senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, um meio para exprimirem as realidades da vida e do mundo... [Então], A única coisa que podemos agradecer aos portugueses é o facto de nos terem deixado a sua língua, depois de terem roubado tanto na nossa terra. Um dia, tendo estudado profundamente o crioulo e tendo definido todas as boas regras para a sua escrita, poderemos, então, passar a escrever o crioulo. Não proibimos ninguém de escrever o crioulo (...). [Porém], Se quisermos tirar o máximo proveito da experiência de outros povos e não só da nossa própria experiência, temos de utilizar as expressões das respectivas línguas. Ora, se temos uma língua que pode exprimir todas essas expressões, usemo-la, não faz mal¹⁰.

Concordamos inteiramente com a posição de Amílcar Cabral. Na verdade, a língua é um instrumento de comunicação inocente. Ela pode veicular o amor ou o ódio, a construção ou a destruição, a imanência ou a transcendência. A fonte do bem ou do mal não está na língua, mas sim nas nossas cabeças. Em descolonizando as nossas cabeças, descolonizada fica, também, a língua que veicula o nosso pensamento.

É por isso que Cabral dizia que, em África, mais do que uma crise de crescimento, havia uma crise de conhecimento. Então, há que investir no conhecimento *partindo da nossa realidade, pensando com as nossas próprias cabeças, aproveitando tudo o que de bom a humanidade nos proporciona*. Aliás, interpretando “*a Luta de Libertação Nacional como um ato de cultura*”, Cabral declara no seu magistério que:

Devemos ser capazes de combater a cultura colonialista, mas deixar na nossa cabeça os aspectos [positivos] da cultura humana que os portugueses trouxeram para a nossa terra¹¹.

10 Amílcar Cabral, *Pensar para Melhor Agir*, Praia, FAC, 2014, pp. 201-202.

11 Amílcar Cabral, *Pensar para Melhor Agir*, cit. p. 187.

E mais à frente, continua:

Os camaradas devem ter compreendido já que a nossa resistência cultural consiste no seguinte: enquanto liquidamos a cultura colonialista e os aspectos negativos da nossa própria cultura, temos de criar uma cultura nova, baseada nas nossas tradições, mas respeitando tudo quanto já se tem conquistado no mundo para servir o homem¹².

A abertura ao mundo preconizado por Cabral não é uma abertura ingénu. Ela tem que ser uma abertura crítica e consciente, devendo cada um de nós ser capaz de escolher o positivo e rejeitar o negativo, tanto o negativo proveniente de fora, como o negativo autóctone.

Ora, para quem vê a humanidade como uma família, só poderia ter esse conceito antropológico de cultura e abertura crítica ao uso da língua do colonizador. Se a língua portuguesa representa uma mais-valia, desde que descolonizado o aceite cricamente, seria uma desvantagem ignorá-lo ou mesmo irradiar o seu uso.

O magistério de Cabral foi bem entendido nos Países Africanos de Língua Portuguesa. Daí a razão por que, livremente, o português foi adotado como língua oficial, com a perspectiva de ser cooficial, quando as respetivas línguas maternas nesses países estiverem suficientemente estudadas, instrumentalizadas e, formal e informalmente, ensinadas. Quando isto acontecer, a desvantagem de, por enquanto, ter apenas uma língua oficial cederá à vantagem de ter, também, línguas maternas cooficiais.

Nessa altura, a UA poderá colocar a questão do uso das línguas maternas, cooficiais, nos trabalhos da Organização. Até lá, o que deve é encorajar o prosseguimentos do estudo e valorização das línguas maternas africanas, em todos os respetivos países da comunidade.

12 Amílcar Cabral, *Pensar para Melhor Agir*, cit. p. 188.

3. Línguas Maternas na União Africana: Dificuldades e Perspetivas

3.1. Dificuldades

São quatro as grandes dificuldades no que tange à introdução das línguas maternas africanas na UA:

- o fraco ou nulo grau de instrumentalização e de padronização;
- a inexistência de escrita, sua inexpressividade e assistemática;
- o peso económico da operação;
- uma representatividade estritamente local, raramente regional.

Sabe-se que a grande parte das línguas maternas africanas não dispõe de um alfabeto ou, se têm um alfabeto, a sua escrita é ainda embrionária e, por vezes, com um grau de variações que ultrapassa o razoável, ou seja, a unidade funcional. Este handicap, por uma questão de pragmatismo, seria mais do que suficiente para inviabilizar o projeto de inclusão como língua da UA.

Uma outra dificuldade seria a falta de vontade política e a fraca ou nula sustentabilidade económica. A nível cultural as línguas maternas gozam do direito de serem valorizadas e de serem inclusivas. O problema que se põe é a sustentabilidade económica. Os países com grande diversidade étnica e linguística não dispõem de recursos que a sustentabilidade do processo exige. Ora, uma decisão política que não tome em conta a sustentabilidade económica do processo está votada ao fracasso.

Finalmente, a grande maioria das línguas maternas africanas está circunscrita à geografia da etnia, com fraca ou nula representatividade para além dessa geografia. Ora, esta situação encarece e complexifica qualquer projeto unitário de uso linguístico, a nível da Organização da UA. Aqui também, o pragmatismo desaconselha uma tomada de posição político-cultural, sem o mínimo grau de sustentabilidade e de aceitabilidade.

Assim sendo, a nível de princípio, fica em aberto a possibilidade de as línguas maternas africanas poderem, um dia, fazer parte da Organização. Porém, é indispensável que seja resolvido o problema da instrumentalização, da unificação das variantes dialetais, da padronização das normas, do enriquecimento conceitual e da sustentabilidade económica de todo o processo.

3.2. Perspetivas

Há que admitir, na UA, o direito de inclusão das línguas maternas africanas. Em simultâneo, há que, progressivamente, tomar as medidas que possam favorecer uma tal inclusão. Em primeiro lugar, deve-se encorajar os diversos países a investirem mais na valorização nacional das respetivas línguas maternas. E isto passa pela instrumentalização das mesmas, pelo desenvolvimento da escrita, pela oficialização, pelo ensino e investigação e pelo aumento da sustentabilidade económica e cultural capazes de catapultarem a variante local a um patamar de aceitabilidade cada vez mais plural, tanto dentro como fora da geografia berço da expressão nativa.

Até que isto aconteça, a UA, nos termos do artigo 25.º dos seus estatutos, deve continuar a exprimir-se, oficialmente, nas línguas da globalização e que são, também, em parte, expressões oficiais dos países membros, como o inglês, o árabe, o francês e o português. Ora, se as línguas são um património do humanismo, qualquer das línguas atrás referidas são também um património da UA e dos países africanos onde, livremente, gozam de estatuto oficial.

A UA deve, então, preocupar-se não apenas com a construção de unidades, em termos políticos, geoestratégicos e culturais, lá onde é possível e recomendável, mas também em termos de unidade linguística, lá onde possa, igualmente, ser possível, sustentável e recomendável.

Seria desejável que houvesse uma língua franca africana, única. O swahili, em termos de instrumentalização gramatical, parece mais bem colocado. Porém, em termos de geoestratégia cultural e social pode não ser uma escolha aceitável para todos.

Uma língua crioula, como o Caboverdiano, por exemplo, teria vantagem no que tange à sua economia estrutural e facilidade de aprendizagem, porém o mesmo se encontra em processo de oficialização, os estudos gramaticais existem, mas são ainda pouco conhecidos, o seu ensino é ainda embrionário e, geoestrategicamente, do ponto de vista social, cultural e económico, pode não reunir o consenso necessário.

De momento, a UA deve ter apenas a preocupação e a abertura de, um dia, poder ter uma língua franca africana, para cobrir todo o continente, ou cinco línguas francas africanas, cobrindo as regiões do Norte do continente, as do

Oeste, as do Leste, a África Central e a Austral, por exemplo. O tempo dirá que caminho seguir.

A UA deve, ainda, preocupar-se em recomendar aos Estados membros que invistam em uma ou duas línguas de globalização, as que melhor possam adaptar-se à geopolítica geral e local, ao desenvolvimento integrado e à economia digital. A língua inglesa parece ocupar um lugar mais consensual. Porém, os interesses de cada Estado membro poderão ditar a melhor escolha.

No caso de Cabo Verde, na esteira do posicionamento defendido por Amílcar Cabral, ninguém pode ignorar que tanto a língua portuguesa como o crioulo caboverdiano, embora de formas diferentes, corporizam a nossa história, enformam a nossa cultura e moldam o nosso modo de estar no mundo. A afirmação e a valorização dessas duas línguas, mais do que um dever cívico, é uma exigência cultural e uma necessidade ambiental. Ora, estando o processo de afirmação do crioulo caboverdiano ainda numa fase embrionária, o português configura-se como a nossa língua de maior globalização e o seu uso na UA, ao lado das outras línguas da globalização, acima referidas, não só é aceitável, como também aconselhável. Quanto à língua de geopolítica global, local e digital, em Cabo Verde, o inglês parece ter ganhado maior espaço. Porém, por se encontrar numa zona geopolítica dominada pelo francês, o sistema de ensino deve apostar não só no inglês, mas também no francês, sem ignorar qualquer outra língua que a sua geoestratégia possa recomendar.

Concluindo, a política linguística na organização da UA deve continuar a apostar no inglês, no árabe, no francês e no português, mantendo, no entanto, a abertura, quando as condições estiverem reunidas, para acolher uma ou mais línguas francas africanas que a geoestratégia social, cultural, política e económica aconselhar.